Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i3.23611

A INTEGRAÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: EVIDÊNCIAS TEÓRICAS E EMPÍRICAS NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM JOVENS E COMUNIDADES VULNERÁVEIS

Robson Gouvea dos Santos[1]
Rozineide Iraci Pereira da Silva[2]

RESUMO: O artigo analisa a integração entre segurança pública e educação como estratégia estruturante para prevenir a violência em jovens que vivem em territórios vulneráveis. O estudo tem como objetivo compreender de que maneira ações intersetoriais podem fortalecer redes de proteção e promover ambientes mais seguros. Para alcançar esse propósito, utiliza abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica de referenciais teóricos e experiências institucionais que tratam de políticas públicas, segurança cidadã, juventude e Cultura de Paz. A análise dos materiais consultados revela que a educação exerce papel central ao ampliar oportunidades formativas, reduzir fatores de risco e fortalecer vínculos comunitários. Os resultados apontam que políticas integradas, articulando escola, comunidade e instituições estatais, apresentam maior efetividade do que ações isoladas, sobretudo quando se orientam pela participação social e por práticas democráticas. O estudo conclui que estratégias preventivas sustentáveis dependem da articulação contínua entre educação, cidadania e segurança pública, bem como da presença qualificada do Estado e do envolvimento comunitário. A pesquisa contribui para a área ao sintetizar fundamentos teóricos e práticos que evidenciam a importância das ações integradas, sugerindo que futuros trabalhos incluam investigações de campo e avaliações de impacto para aprofundar a compreensão das dinâmicas territoriais.

Palavras-chave: Educação. Segurança pública. Juventude. Prevenção da violência.

ABSTRACT: This article examines the integration between public security and education as a structural strategy to prevent violence among young people living in vulnerable territories. The study aims to understand how intersectoral actions can strengthen protection networks and promote safer environments. To achieve this purpose, it adopts a qualitative approach based on a bibliographic review of theoretical references and institutional experiences related to public policies, citizen security, youth and the Culture of Peace. The analysis indicates that education plays a central role by expanding formative opportunities, reducing risk factors and reinforcing community bonds. The results show that integrated policies involving schools, communities and public institutions are more effective than isolated actions, especially when guided by social participation and democratic practices. The study concludes that sustainable preventive strategies depend on continuous articulation between education, citizenship and public security, as well as on the qualified presence of the State and active community engagement. The research contributes to the field by systematizing theoretical and practical foundations that highlight the importance of integrated actions, suggesting that future studies include field investigations and impact assessments to deepen the understanding of territorial dynamics.

Keywords: Education. Public security. Youth. Violence prevention.

[1]Mestrando do Curso de Ciências da Educação da Faculdade Christian Business School -CBS.
[2]Coautora/Orientadora do Curso de Ciências da Educação da Faculdade Christian Business School - PhD. Doutora em Ciências da educação, professora orientadora da Christian Business School -CBS.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre políticas de segurança pública e educação tem se mostrado uma das mais desafiadoras e relevantes no debate contemporâneo sobre prevenção da violência e promoção da cidadania. Em sociedades marcadas por desigualdades profundas, como a brasileira, pensar a segurança de forma dissociada da educação significa perpetuar um ciclo histórico de exclusão e vulnerabilidade. Por isso, compreender a interação entre essas duas áreas torna-se essencial para a formulação de políticas públicas capazes de transformar realidades sociais e reduzir os índices de criminalidade.

Historicamente, segurança pública e educação caminharam por trilhas paralelas. Enquanto a primeira se concentrou em estratégias repressivas, a segunda buscou garantir direitos e oportunidades. Entretanto, experiências recentes indicam que a integração entre ambas pode gerar resultados mais sólidos e sustentáveis. Conforme Quintiliano (2024), a educação atua como ferramenta preventiva, especialmente em comunidades vulneráveis, ao oferecer alternativas reais de transformação social para os jovens. Essa perspectiva é reforçada por Pereira (2024), ao evidenciar que estratégias educacionais associadas à segurança pública têm apresentado impactos positivos na redução da violência local e na promoção de uma cultura de paz.

Salgado (2015) aprofunda esse entendimento ao defender que políticas estruturadas devem reconhecer o jovem não como ameaça, mas como sujeito ativo na construção de territórios mais seguros. Essa mudança de paradigma é fundamental para romper com o modelo histórico de criminalização da pobreza, ainda presente em muitas práticas institucionais. Oliveira *et al*. (2022) acrescentam que o êxito dessas políticas depende diretamente da integração entre educação, segurança e comunidade, consolidando o papel do Estado como mediador de oportunidades e promotor da justiça social.

Apesar dos avanços teóricos e das boas práticas já implementadas em algumas regiões do país, ainda existem grandes desafios estruturais. Conforme Oliveira (2020), a ausência de articulação efetiva entre os setores público e educacional resulta em políticas fragmentadas, de baixa sustentabilidade e impacto limitado. Essa desconexão compromete o alcance de metas preventivas e a consolidação de programas voltados à proteção da juventude. Esse cenário reflete um problema crônico: a falta de integração intersetorial, que perpetua a vulnerabilidade social e amplia as chances de envolvimento juvenil com a criminalidade.

A justificativa desta pesquisa nasce, portanto, da necessidade de compreender a violência não apenas como problema policial, mas como fenômeno social que exige múltiplas respostas. O Atlas da Violência (IPEA, 2021) revela que mais de 77% das vítimas de homicídio no Brasil são jovens negros entre 15 e 29 anos, enquanto o relatório da UNICEF (2022) mostra que o abandono escolar está diretamente relacionado à falta de suporte social e econômico. Esses dados evidenciam que a exclusão educacional e a ausência de políticas sociais integradas agravam a insegurança e comprometem o desenvolvimento das novas gerações. É nesse ponto que o estudo se insere: propor uma análise crítica sobre como a integração entre segurança pública e educação pode se tornar vetor de transformação social.

Do ponto de vista acadêmico e científico, este trabalho contribui para o avanço da reflexão interdisciplinar, ao relacionar duas áreas tradicionalmente tratadas de forma isolada. Filosoficamente, reforça a necessidade de se compreender a segurança como um direito humano e não apenas como controle da ordem. No campo social e tecnológico, a pesquisa visa fornecer subsídios para gestores e profissionais das duas áreas formularem estratégias inovadoras e fundamentadas em evidências. Assim, o estudo pretende oferecer não apenas uma leitura teórica, mas também caminhos concretos de ação pública.

A hipótese que orienta esta investigação é que políticas públicas que integram educação e segurança tendem a produzir resultados mais eficazes na prevenção da criminalidade e no fortalecimento comunitário. Acredita-se que programas educativos aliados à atuação preventiva das forças de segurança não são uma utopia e podem gerar impactos positivos tanto na redução de delitos quanto no desenvolvimento de valores éticos, empatia e senso de pertencimento entre os jovens. Trata-se, portanto, de repensar a segurança pública sob uma lógica pedagógica e emancipadora, na qual a escola se torna um espaço de reconstrução social.

Nesse sentido, o contexto nacional, no recorte temporal de 2015 a 2025, é particularmente relevante. O país vivencia um crescimento populacional expressivo, acompanhado de desigualdades socioeconômicas e de desafios na oferta de serviços públicos. Ao mesmo tempo, registra experiências promissoras, como projetos de policiamento comunitário escolar e parcerias entre instituições de ensino e órgãos de segurança, que demonstram o potencial de políticas integradas. Avaliar essas experiências é essencial para compreender o que funciona, o que precisa ser aprimorado e quais caminhos podem consolidar práticas eficazes.

Por essas razões, o objetivo geral deste estudo é avaliar a integração entre políticas de segurança pública e iniciativas educacionais, observando como essas ações se configuram como

estratégias de prevenção da violência e fortalecimento social de jovens em comunidades vulneráveis. O trabalho busca propor uma fundamentação teórica que relacione práticas educacionais e medidas de segurança voltadas à redução da criminalidade, analisando a eficácia de programas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e sistematizando metodologias baseadas em evidências que possam orientar futuras intervenções.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, com o objetivo de compreender as principais abordagens, teorias e estratégias que relacionam políticas de segurança pública, educação e prevenção da violência. A escolha por esse método se justifica pela necessidade de reunir produções científicas que discutam a integração entre essas áreas, oferecendo uma síntese crítica e atualizada do conhecimento existente.

Foram consultadas fontes primárias e secundárias, como artigos científicos, livros, dissertações e periódicos especializados. As buscas foram realizadas em bases de dados amplamente reconhecidas, como Google Scholar, SciELO e Google Acadêmico, priorizando publicações dos últimos dez anos, salvo aquelas de relevância teórica ou histórica indispensável. Foram incluídos estudos que abordam a relação entre segurança pública e educação, as estratégias preventivas em comunidades vulneráveis e os impactos das políticas públicas na redução da violência. Excluíram-se trabalhos desatualizados ou sem fundamentação teórica consistente.

As fontes selecionadas foram organizadas e analisadas de forma crítica, seguindo categorias temáticas que englobam modelos de políticas públicas integradas à educação, estratégias preventivas e resultados alcançados. A análise teve como finalidade identificar convergências, divergências e lacunas teóricas, resultando em uma síntese integrativa que articula os principais achados e propõe diretrizes práticas para o aprimoramento das políticas públicas.

Reconhece-se a existência de riscos metodológicos, como a limitação de acesso a estudos recentes e a possibilidade de viés na seleção e interpretação das fontes. Para mitigá-los, adotaram-se critérios rigorosos de inclusão, triangulação e análise crítica.

A pesquisa pretende contribuir para o avanço teórico e social, oferecendo subsídios para políticas interdisciplinares mais eficazes, capazes de fortalecer comunidades vulneráveis e promover uma cultura de paz baseada na educação e na prevenção da violência.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA INTEGRAÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), define violência como

> O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2015, p. 5).

O documento também delimita a violência juvenil como aquela que ocorre entre indivíduos de 10 a 29 anos sem relação de parentesco e frequentemente fora do ambiente doméstico, abrangendo práticas como *bullying*, agressões físicas - com ou sem armas - e atos cometidos por grupos ou gangues. Além disso, o relatório chama atenção para o fato de que taxas elevadas de envolvimento, tanto como vítimas quanto como agressores, também se estendem a jovens adultos de até 30 ou 35 anos, faixa que deve ser considerada nas análises sobre prevenção e enfrentamento da violência juvenil.

A partir dessa compreensão ampliada do fenômeno, torna-se evidente que a prevenção exige abordagens intersetoriais capazes de articular diferentes políticas públicas, especialmente em contextos sociais marcados por vulnerabilidade, o que reforça o papel estratégico da educação na construção de estratégias preventivas, conforme discutem Medeiros e Evangelista (2019, p. 3), "a educação e a formação para a cidadania responsável constituem fortes aliados no processo de afastamento do indivíduo da prática de crimes e, consequentemente, na redução da criminalidade". Desta forma, a relação entre segurança pública e educação tem sido amplamente debatida no meio acadêmico e na formulação de políticas públicas, especialmente em contextos de alta criminalidade e vulnerabilidade social visando estreitar essa relação entre polícia e comunidade.

Nesse sentido, torna-se evidente que a ausência de articulação intersetorial compromete a capacidade do Estado de responder às necessidades reais da população jovem. Como enfatiza Sibioni (2019, p. 219)

> As políticas públicas ainda não conseguem responder às demandas das diversas e diferentes problemáticas das juventudes brasileiras de forma eficiente, principalmente quando se fala da violência, do acesso ao mercado de trabalho e do desemprego, da evasão escolar, das desigualdades sociais, da falta de oportunidades, da questão racial, da garantia dos direitos dos jovens, dentre tantos outros.

Tal afirmação evidencia que as políticas públicas ainda operam de forma fragmentada, incapazes de responder às múltiplas vulnerabilidades que atingem as juventudes. Isso reforça a necessidade de estratégias preventivas integradas, capazes de enfrentar a violência a partir de ações intersetoriais mais eficazes. Dessa forma, a integração dessas áreas propõe uma abordagem preventiva e estruturada, que busca atuar sobre as causas da violência, indo além de estratégias meramente repressivas. Nesse sentido, observa-se que muitos programas de segurança pública voltados para a prevenção da violência juvenil ainda funcionam sob uma perspectiva negativista, na qual a juventude é frequentemente vista como um "problema social". Essa concepção limita o potencial das políticas preventivas, reforçando estigmas e dificultando a implementação de estratégias educacionais que promovam o desenvolvimento e a inclusão dos jovens como agentes de transformação social (Corrêa; Cecchetto; Fernandes, 2021).

A educação é um pilar essencial para a segurança pública e a redução da violência urbana. Batista, Garcia e Cruz (2025) destacam que a criminalidade não pode ser combatida apenas por medidas repressivas, mas pela implementação de políticas que garantam acesso à educação e oportunidades às populações marginalizadas. A desigualdade estrutural presente no Brasil reflete-se na vulnerabilidade dos territórios periféricos, onde a falta de serviços básicos e políticas inclusivas acentua os índices de violência. Embora alguns argumentos de que o enfrentamento direto ao crime seja uma solução mais eficaz, estudos indicam que estratégias educativas e culturais são ferramentas mais rigorosas para promover a transformação social. Assim, a integração entre segurança pública e educação deve ser prioridade do Estado e da sociedade civil para consolidar territórios mais seguros e socialmente justos.

Dessa forma, a integração entre segurança pública e educação deve ser prioridade do Estado e da sociedade civil para consolidar territórios mais seguros e socialmente justos. Spaniol (2016) reforça essa perspectiva ao destacar que as políticas de segurança pública precisam ser formuladas de maneira conjunta, garantindo transparência, participação social e corresponsabilidade entre Estado e cidadãos. A confiança da população nas forças de segurança e instituições públicas depende de uma abordagem que não apenas combata a violência, mas que promova a reeducação social e o fortalecimento da cidadania.

Entretanto, a integração enfrenta desafios, como a falta de financiamento, a resistência institucional e a ausência de formação adequada para profissionais da educação e da segurança. Esses fatores limitam a implementação de políticas eficazes, reforçando a necessidade de estudos que aprofundem as melhores práticas e os modelos de colaboração bem-sucedidos. Nesse contexto, torna-se indispensável reconhecer que a consolidação dessa integração não depende apenas de iniciativas isoladas, mas de um compromisso estrutural entre Estado e sociedade civil, pautado em bases legais e interdisciplinares.

Desta forma, a integração entre segurança pública e educação é fundamental para enfrentar desafios em contextos vulneráveis, criando um ambiente seguro e propício ao aprendizado. Prevista no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, a segurança pública é um direito essencial, assim como saúde e educação, exigindo abordagens interdisciplinares para sua efetivação (Gonçalves; Siqueira, 2019).

Garantir um ambiente escolar seguro requer a articulação entre segurança pública e educação, promovendo ações preventivas que fortaleçam a convivência social. Nesse sentido, o artigo 136 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) destaca a importância da paz social como objetivo central das políticas públicas. Programas de policiamento comunitário em escolas situadas em áreas de risco reforçam a confiança entre a comunidade e as forças de segurança, prevenindo a violência. Paralelamente, a educação para a cidadania fortalece valores essenciais para a construção de uma cultura de paz (Silvares, 2019).

Apesar da relevância da integração entre segurança pública e educação, sua implementação enfrenta desafios importantes. De acordo com o mesmo autor, a insuficiência de recursos, a resistência dos setores da sociedade e a necessidade de capacitação profissional dificultam a efetividade das estratégias adotadas. Além disso, é essencial que as ações de segurança não criminalizem jovens em vulnerabilidade, mas promovam sua proteção e inclusão social. O enfrentamento da violência exige um processo articulado e dinâmico, no qual a participação ativa da comunidade escolar e parcerias interinstitucionais são fundamentais para a construção de políticas públicas mais eficazes (Silvares, 2019).

Nesse sentido, a avaliação rigorosa dos programas é fundamental para garantir a sua eficácia e a otimização dos recursos. Estudos que utilizam métodos quantitativos e qualitativos podem fornecer informações valiosas sobre o impacto das intervenções, os fatores que contribuem para o sucesso e os desafios a serem superados. A divulgação dos resultados das avaliações é importante para promover a transparência, a prestação de contas e a disseminação

de boas práticas. A colaboração entre pesquisadores, gestores públicos e profissionais da área é essencial para a produção de conhecimento relevante e aprimoramento das políticas públicas (Waiselfisz, 2016).

Em suma, a integração entre segurança pública e educação é uma estratégia promissora para enfrentar os desafios impostos por contextos de vulnerabilidade social. No entanto, é fundamental que as ações sejam baseadas em evidências científicas, respeitem os direitos humanos e promovam a participação ativa da comunidade. A superação dos desafios e a construção de parcerias sólidas são essenciais para garantir o sucesso dos programas e a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.

De acordo com Noda *et al.*, (2025), a criminalidade no Brasil é um desafio complexo, impactando segurança, economia e tecido social. Enquanto abordagens tradicionais priorizam o reforço policial e o endurecimento das leis, cresce o reconhecimento da educação como ferramenta essencial na prevenção do crime. O desenvolvimento de intervenções eficazes exige metodologias sólidas, que alinhem teoria e prática, adaptando-se ao contexto local. Estratégias participativas, envolvendo diretamente jovens e comunidades, demonstram resultados positivos, fortalecendo a inclusão social e reduzindo a reincidência criminal por meio da educação e da conscientização coletiva.

Além disso, a abordagem de "pesquisa-ação" investigação combinada e transformação social, envolvendo pesquisadores e comunidades. Oficinas práticas fortalecem vínculos comunitários. Definir iniciativas de mentoria é eficaz para prevenir a criminalidade em comunidades vulneráveis, oferecendo modelos positivos e de apoio emocional, criando laços de confiança essenciais para o desenvolvimento saudável dos jovens (Muggah; Pellegrino, 2020).

Além disso, programas que integram tecnologia, como aplicativos móveis para mediar conflitos ou plataformas de e-learning voltadas para o desenvolvimento de habilidades, também têm demonstrado potencial significativo (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Essas ferramentas permitem ampliar o alcance das intervenções e adaptar conteúdos às necessidades específicas de diferentes grupos.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS PREVENTIVAS DA VIOLÊNCIA JUVENIL

O Estado, como protetor e democratizador de direitos e demandas da população como um todo, tem o dever de agir em prol do bem-estar de seu povo em áreas, como por exemplo: saúde, segurança, educação. Nesse sentido, é necessário a criação de alguns instrumentos para

assegurar o funcionamento e aprimoramento destes serviços. Por isso, o governo se utiliza de políticas públicas a fim de que possa melhorar a vida do cidadão.

Freitas e Ramires (2010, p. 4) definem que

> O objetivo das políticas públicas é compreender e solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população de um dado espaço, cabendo ao setor público elaborar, planejar e executar tais políticas. Contudo, em muitos casos, elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, pois os interesses das classes envolvidas são díspares.

O termo: política pública não é de fácil entendimento, haja vista que muitos teóricos o definem considerando vários aspectos da dinâmica social. Ou seja, forças políticas e sociais, de alguma maneira, acabam influenciando a forma como é definido o conceito ou mesmo aplicado na sua prática em vista de que o limite conceitual é indefinido.

Muller e Surel (1998 *apud* FERNANDES, 2012, p. 83) definem política pública como:

> Um constructo social e um constructo de pesquisa. O primeiro termo sinaliza-nos a dinâmica da realidade, a impossibilidade de delimitação precisa, uma vez que é construída por distintos atores sociais, considerando as correlações de forças, os interesses em jogo, a dinâmica do real e sua conjuntura. Portanto, seus contornos, surgimento e término não são de fácil delimitação, seja do ponto de vista teórico, seja do prático.

Assim, facilmente se presume, que política pública, do ponto de vista social tem sua construção a partir das demandas da população, e dos diversos segmentos que a compõe. Naturalmente, em função disso, é objetivo dos governos, por meio da política pública, oferecer respostas à sociedade no sentido de propor ações voltadas a solucionar problemas. Dito de outra maneira,

> As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (Lopes; Amaral, 2008, p. 5).

Fica claro, pois, que política pública, apesar de não ter delimitação no que se refere a sua interpretação, tem sua base nas demandas da sociedade com objetivo de melhorar a vida das pessoas, e, portanto, tem características essencialmente sociais. Políticas públicas são aqui entendidas como o "Estado em ação" (Gobert; Muller, 1987, *apud* Hofling, 2001, p. 31); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Em que pese sua criação sob influência de grupos antagônicos, o contexto político e socioeconômico, o que deve prevalecer é o bem-estar da população.

Ao analisarmos as políticas públicas destinadas ao jovem, é possível perceber que a questão não é meramente uma "distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e

políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica" (Martins, 2002, p. 10).

Com base no exposto acima, pode-se inferir que as políticas públicas para o jovem tem se tornado mais um ponto de equilíbrio econômico do que propriamente social. Além disso, muitas das políticas públicas que se desmembram em programas sociais em sua maioria não atendem uma faixa etária importante da formação do cidadão, o adolescente entre 14 e 18 anos de idade com grande vulnerabilidade e risco social. Cabe aqui, portanto, conceituar o que se denomina jovem e adolescente e que programas estão destinados a cada segmento.

Para efeito de entendimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu ART. 2º - "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade".

Já para o Estatuto da Juventude, o conceito de jovem é ambíguo. Inicialmente, a Assembleia Geral da ONU, adotou em 1985 para o Ano Internacional da Juventude a definição de jovens, pessoas entre os 15 e 24 anos, ratificando essa posição posteriormente, no entanto, considerou que o termo juventude é variável em cada parte do mundo e que a sociedade muda em função de suas políticas, de sua cultura e de sua economia, por conta disso, o Brasil considera o indivíduo jovem, aquele na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, para não conflitar com o ECA.

Segundo Carrano, apud Parra (2004),

> A referência ao jovem, em nossos dias, "precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas". Segundo esse autor a ambiguidade e a indefinição sobre o conceito de jovem seriam algumas das características dessa situação de complexidade, assim a superação de certos limites de idade e o ingresso no mercado de trabalho não significariam necessariamente a entrada no mundo adulto.

Conforme afirma o autor, essa indefinição com relação ao conceito de jovem faz com que algumas políticas sociais superem determinados limites de idade, haja vista que atualmente o fato de ingressar no mercado de trabalho não significa que o indivíduo seja um adulto. Por conta disso, o termo juventude é bem mais amplo. Em função disso há Políticas públicas que tem abrangência ainda maior e estabelecem alguns critérios para inserção considerando jovem, pessoas entre 15 e 24 anos de idade e 18 à 29 anos de idade.

Diante desse enquadramento conceitual mais amplo, investir na juventude como estratégia de enfrentamento à vulnerabilidade social e a violência implica fortalecer o capital social e cultural desse grupo, criando condições para substituir o clima de descrença predominante por perspectivas de confiança no presente e no futuro. Esse processo exige

reconhecer os jovens não apenas como destinatários, mas como sujeitos ativos e protagonistas das políticas públicas, valorizando sua participação e ampliando seu protagonismo social (Sibioni, 2019).

À luz da necessidade de fortalecer o protagonismo juvenil e promover ações estruturadas de inclusão social, torna-se evidente que o enfrentamento à violência demanda intervenções que ultrapassem medidas isoladas e avancem para estratégias articuladas. Nesse sentido, a prevenção da violência que atinge adolescentes e jovens configura um desafio complexo, cuja superação requer a articulação entre políticas públicas consistentes e práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço escolar. Tais políticas não apenas orientam e estruturam as ações educativas, como também asseguram as condições institucionais, materiais e humanas necessárias para sua implementação contínua e eficaz (Fonseca, 2025).

Considerando a complexidade inerente ao fenômeno da violência, sobretudo aquela que afeta adolescentes e jovens, torna-se imprescindível reconhecer que estratégias preventivas eficazes só podem ser construídas a partir da articulação entre diferentes setores e políticas públicas. A ocorrência de atos violentos é resultante de uma rede de fatores interligados, quais sejam: sociais, econômicos, culturais e subjetivos que ampliam a vulnerabilidade de determinados grupos.

Freitas e Ramires (2011), enfatizam que é fundamental reconhecer que qualquer estratégia de prevenção da criminalidade violenta deve levar em conta a multiplicidade de fatores que favorecem a ocorrência de atos agressivos. Dessa forma, ações preventivas precisam assumir um caráter necessariamente multissetorial, articulando diferentes áreas e políticas públicas. Como a violência constitui um fenômeno complexo e multifacetado, os programas voltados à sua redução também devem refletir essa complexidade para alcançarem resultados consistentes. Nenhuma intervenção isolada apresenta a mesma eficácia das iniciativas desenvolvidas de maneira integrada, nas quais a articulação entre setores potencializa os efeitos das ações preventivas.

Dessa forma, para além do imprescindível aperfeiçoamento das forças policiais, que devem atuar de maneira qualificada, alinhadas aos princípios do Estado Democrático de Direito, torna-se igualmente necessário conferir centralidade às políticas públicas integradas voltadas à prevenção do crime e das violências. Essa perspectiva evidencia que a efetividade das estratégias preventivas depende não apenas da atuação policial, mas da articulação coordenada entre diferentes setores estatais. Entretanto, a implementação dessas ações intersetoriais enfrenta

desafios significativos, sobretudo quando se busca consolidar modelos preventivos sustentáveis, abrangentes e sensíveis à complexidade dos contextos sociais (Daher; Villanova, 2022).

Fonseca (2025) destaca que, para que as políticas públicas alcancem efetividade, é indispensável o monitoramento e a avaliação contínua das ações. Contudo, esse processo constitui um desafio relevante, pois demanda articulação intersetorial, capacidade técnica e recursos adequados. A avaliação sistemática possibilita corrigir fragilidades, ajustar intervenções e identificar o que funciona em cada contexto escolar, fortalecendo as estratégias preventivas da violência.

Apesar disso, a literatura evidencia que a avaliação das políticas públicas ainda constitui um dos pontos mais frágeis na implementação das estratégias preventivas. Como afirmam Angrist e Pischke (2008), Vocht *et al.* (2015) e Lérida (2006), *apud* Silva *et al.* (2018, p. 2), "se, por um lado, nos últimos anos é possível identificar uma série de políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade no Brasil, por outro, pouco esforço tem sido dedicado a avaliar o impacto dessas ações".

Tal afirmação, evidencia uma lacuna significativa no campo das políticas públicas: embora haja avanços na formulação de programas voltados à redução da criminalidade, ainda é limitado o investimento na avaliação sistemática dessas ações. Essa fragilidade compromete a identificação do impacto real das políticas implementadas e dificulta o aperfeiçoamento das estratégias preventivas. Em outras palavras, muitas iniciativas são criadas, mas poucas passam pelo rigor avaliativo necessário para aferir sua efetividade, o que se torna especialmente problemático em contextos de maior vulnerabilidade juvenil.

Pelo exposto, infere-se que a prevenção da violência exige políticas públicas integradas, capazes de articular diferentes setores e superar ações fragmentadas. A complexidade do fenômeno, especialmente entre jovens, demanda estratégias baseadas em evidências, monitoramento contínuo e avaliação rigorosa. Somente com coordenação intersetorial, recursos adequados e continuidade administrativa será possível consolidar intervenções preventivas eficazes e sustentáveis.

3.3 EDUCAÇÃO, COMUNIDADE E CIDADANIA: PERSPECTIVAS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS SEGUROS

A construção de territórios seguros depende da articulação efetiva entre educação, comunidade e práticas cidadãs, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade e violência juvenil. A escola, as instituições públicas e os diferentes agentes sociais desempenham

papéis complementares na formação de vínculos protetivos, no fortalecimento da cidadania e na implementação de políticas preventivas capazes de transformar realidades e promover segurança com justiça social.

Nesse contexto, a educação assume papel estruturante na construção de territórios seguros ao promover equidade social, cidadania e oportunidades formativas. Goergen (2013) destaca que o Estado deve garantir educação de qualidade como condição indispensável à justiça social e ao desenvolvimento democrático. Nesse sentido, entende-se que fortalecer o ambiente escolar contribui significativamente para afastar jovens de trajetórias de vulnerabilidade. Esse caráter formativo da educação estabelece a base sobre a qual outros agentes sociais passam a atuar de maneira integrada.

Partindo dessa compreensão sobre o papel formativo da educação, torna-se evidente que a atuação intersetorial também é indispensável. A articulação entre agentes públicos amplia as ações de proteção integral a crianças e adolescentes, fortalecendo respostas mais eficazes à violência. Chrispino e Dusi (2008) defendem que educação, saúde, segurança, justiça e assistência social devem atuar em cooperação. Dando continuidade a essa perspectiva, parcerias institucionais tornam-se fundamentais para consolidar redes de proteção, ampliando o alcance das políticas preventivas nos territórios vulneráveis.

Nesse sentido, destaca-se o papel das forças de segurança nas estratégias educativas. O papel das forças de segurança na prevenção educativa complementa a atuação dos setores sociais, especialmente por meio de programas escolares. Chrispino e Dusi (2008) ressaltam que iniciativas como o PROERD contribuem para conscientizar estudantes sobre riscos da violência e das drogas. Assim, observa-se que a presença policial orientada por princípios democráticos reforça o trabalho da escola e da comunidade, preparando o terreno para práticas cidadãs que aprofundam o compromisso coletivo com a segurança.

Avançando na discussão sobre a participação institucional, observa-se que a cidadania ativa amplia o alcance das políticas de segurança. A consolidação da segurança cidadã depende diretamente da participação social, que democratiza o campo da segurança pública e fortalece o controle coletivo.

Carvalho e Silva (2011) afirmam que o reconhecimento institucional da sociedade como parceira evidencia avanços democráticos. Nessa direção, os autores defendem: "A complexidade da questão implica na necessidade de efetiva participação social, como forma de democratizar o aparelho estatal no sentido de garantia de uma segurança cidadã." (p. 60) Dessa forma, percebe-

se que a cidadania ativa amplia a legitimidade e a eficácia das políticas preventivas. Um bom exemplo disso é a promoção da Cultura de Paz em comunidades vulneráveis à ação da criminalidade.

Isso porque a consolidação de territórios seguros também requer a incorporação da perspectiva da Cultura de Paz, que orienta práticas educativas e sociais voltadas à mediação, ao diálogo e à convivência solidária. Conforme Chrispino e Dusi (2008), políticas preventivas eficazes devem atuar nas causas da violência escolar, integrando escola, família e comunidade em ações que promovam valores pacíficos e transformem realidades sociais fragilizadas.

Nesse sentido, a conexão entre educação e cidadania fortalece ainda mais a prevenção da violência. Esta relação fortalece territorialmente práticas de prevenção, pois amplia capacidade crítica, participação social e vínculos comunitários. Para Sá-Pestana (2009 *apud* Cócaro; Cardoso; Pereira, 2016), a educação é requisito fundamental para o exercício pleno da cidadania e para a construção de uma sociedade justa e solidária. Assim, compreende-se que promover experiências educativas alinhadas à cidadania contribui para reduzir fatores de risco, incentivar o pertencimento e fortalecer estratégias preventivas em territórios vulneráveis.

Diante dessa articulação entre educação, comunidade e cidadania, os programas preventivos baseados em evidências mostram resultados concretos. Programas preventivos baseados em evidências demonstram que ações integradas entre Estado, comunidade e escola produzem impactos expressivos na redução da violência juvenil. A avaliação do Programa Fica Vivo!, realizada por Silva, Queiroz, Marinho, Pereira e Cisalpino (2018), evidencia que intervenções socioeducativas, participação comunitária e presença estatal qualificada reduzem homicídios e fortalecem vínculos sociais. Desse modo, pode-se inferir que políticas preventivas intersetoriais ampliam a proteção juvenil e transformam territórios vulneráveis em espaços mais seguros.

À luz dos elementos discutidos, torna-se possível sintetizar as principais contribuições para a construção de territórios seguros. Conclui-se que educação, comunidade e cidadania são pilares essenciais na construção de territórios seguros, especialmente em contextos de violência juvenil. A cooperação entre agentes públicos, participação social e programas preventivos baseados em evidências fortalecem redes protetivas e ampliam oportunidades de desenvolvimento. Assim, estratégias intersetoriais tornam-se fundamentais para promover segurança, inclusão e justiça social em territórios vulneráveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados, articulada à fundamentação teórica discutida ao longo do estudo, permitiu identificar um conjunto de achados que evidenciam como a integração entre educação, comunidade e políticas de segurança pública contribui para a prevenção da violência em territórios vulneráveis. Para sintetizar os elementos centrais revelados pela pesquisa, apresenta-se a seguir um quadro que sistematiza os principais resultados e suas respectivas contribuições para a construção de ambientes mais seguros, inclusivos e socialmente protetivos.

Quadro 1 – Principais achados, autores e contribuições

Título original da obra	Autores em ABNT	Ano	Contribuição central para a prevenção da violência
Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens	FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Julio Cesar.	2011	Fundamenta políticas multissetoriais e destaca fatores que predispõem à violência juvenil.
A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado	GOERGEN, Pedro.	2013	Define a educação como base da cidadania e redução de vulnerabilidades sociais.
Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil	SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; QUEIROZ, Bernardo Lanza; MARINHO, Frederico Couto; PEREIRA, Fabiano Neves Alves; CISALPINO, Pedro.	2018	Evidencia, com dados concretos, a eficácia de programas socioeducativos territorializados.
Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios	CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e.	2011	Sustenta a perspectiva de segurança cidadã e participação social.
Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz	CHRISPINO, Álvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti.	2008	Defende ações integradas entre escola, família e Estado, promovendo a Cultura de Paz.
Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências	Organização Mundial da Saúde (OMS)	2015	Apresenta definições e fatores de risco globais, sustentando a necessidade de abordagens multicasuais e intersetoriais.
Territórios da Cidadania do estado de Mato Grosso: uma avaliação socioeconômica utilizando o índice FIRJAN	CÓCARO, Henri; CARDOSO, Raquel Finamor; PEREIRA, José Roberto.	2016	Relaciona cidadania ativa e desenvolvimento territorial com redução de vulnerabilidades.
Educação como requisito para o pleno exercício da cidadania (*trecho citado*)	CÓCARO; CARDOSO; PEREIRA, 2016).	/2016	Reforça a educação como base para cidadania, inclusão social e justiça.

Elaboração própria, 2025.

Os resultados da análise evidenciam que a integração entre políticas de segurança pública e iniciativas educacionais constitui um dos caminhos mais consistentes para a prevenção da

violência juvenil, sobretudo em comunidades vulneráveis marcadas por desigualdades socioeconômicas e escassez de serviços públicos. As reflexões teóricas, associadas aos programas analisados, demonstram que ações isoladas ou fragmentadas apresentam baixa efetividade, reforçando a necessidade de estratégias intersetoriais sustentadas por educação, participação social e políticas de segurança cidadã.

O primeiro achado relevante indica que a educação exerce papel estrutural na prevenção da violência, funcionando como eixo formativo capaz de ampliar oportunidades e reduzir fatores de risco. Conforme Goergen (2013), o acesso à educação de qualidade deve ser garantido pelo Estado como condição básica da cidadania, pois ela promove justiça social, desenvolvimento democrático e expansão de horizontes para crianças e jovens.

Os resultados mostram que escolas que desenvolvem práticas formativas contínuas, abertas à comunidade e alinhadas aos direitos humanos tendem a registrar menores índices de violência e maior capacidade de mediação de conflitos. Assim, evidencia-se que a educação, quando articulada a políticas públicas preventivas, opera como um potente fator de proteção juvenil.

Outro resultado significativo está relacionado à importância da articulação entre agentes públicos, destacada por Chrispino e Dusi (2008). A pesquisa indica que a união entre educação, saúde, segurança pública, justiça e assistência social potencializa a proteção integral de crianças e adolescentes. Essa articulação viabiliza o compartilhamento de informações, a identificação precoce de situações de risco e o desenvolvimento de intervenções mais ágeis e eficientes. A análise das experiências estaduais e municipais demonstra que as políticas preventivas alcançam maior continuidade e impacto quando construídas em rede, superando a cultura de setores que atuam de forma isolada ou com baixa comunicação entre si.

Os resultados também apontam para o papel estratégico das forças de segurança nas ações educativas, especialmente quando orientadas pelos princípios da segurança cidadã. Programas como o PROERD, mencionados por Chrispino e Dusi (2008), mostram que a aproximação entre policiais e estudantes contribui para a conscientização sobre riscos associados às drogas, violência e criminalidade.

Entretanto, os dados reforçam que essa atuação deve ser pedagógica, dialogada e livre de práticas coercitivas. A presença policial democrática fortalece vínculos comunitários e amplia a confiança entre escola e território, consolidando ambientes mais protetivos.

Outro ponto crucial discutido envolve a participação social na segurança pública. Carvalho e Silva (2011) defendem que políticas de segurança cidadã só se tornam efetivas quando incorporam a participação ativa das comunidades. Os resultados corroboram essa perspectiva ao demonstrar que a atuação conjunta de conselhos locais, famílias, lideranças comunitárias e instituições ampliam o controle social, fortalecem redes de apoio e aumentam a legitimidade das intervenções. A citação direta dos autores reforça que a democratização da segurança pública é indispensável para garantir a prevenção da violência de forma sustentável.

Além disso, emergiu como resultado essencial a centralidade da Cultura de Paz na construção de territórios seguros. A análise evidencia que programas educativos voltados ao diálogo, mediação de conflitos, cooperação e solidariedade reduzem significativamente tensões e comportamentos agressivos. A definição da ONU (1999) apoia a compreensão de que valores, atitudes e práticas de paz transformam relações sociais e fortalecem a convivência comunitária, indicando que a escola é espaço privilegiado para sua promoção.

Por fim, os dados provenientes de experiências empíricas, como o Programa Fica Vivo!, analisados por Silva, Queiroz, Marinho, Pereira e Cisalpino (2018), demonstram que estratégias integradas, com foco em atividades socioeducativas, fortalecimento comunitário e presença estatal qualificada, são capazes de reduzir homicídios juvenis e ampliar a proteção territorial. Esses achados confirmam que políticas preventivas baseadas em evidências produzem impactos concretos na segurança pública e reforçam a necessidade de planejamento, monitoramento e avaliação contínua.

De modo geral, os resultados e discussões revelam que prevenir a violência juvenil requer muito mais que aumento de policiamento; exige uma arquitetura de políticas integradas, promotora de direitos, fortalecedora da cidadania e comprometida com o desenvolvimento social. Somente intervenções intersetoriais e educativas conseguem transformar territórios vulneráveis em espaços seguros, inclusivos e capazes de oferecer oportunidades reais para crianças e jovens.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como propósito compreender como a integração entre segurança pública e educação pode fortalecer a prevenção da violência em jovens e comunidades vulneráveis. A investigação buscou articular teoria, evidências e práticas institucionais, demonstrando que

ações intersetoriais possuem maior capacidade de impactar positivamente os territórios mais fragilizados.

A metodologia qualitativa baseada em revisão bibliográfica mostrou-se adequada ao objetivo proposto. Essa abordagem permitiu reunir autores, documentos oficiais e experiências consolidadas, possibilitando analisar a violência juvenil por diferentes perspectivas. A opção pela revisão também favoreceu a compreensão abrangente do tema, ao mesmo tempo em que destacou a importância de práticas preventivas orientadas por diagnósticos reais e estratégias integradas.

Os resultados evidenciam que a prevenção da violência depende, sobretudo, da articulação entre escola, comunidade e instituições públicas. A educação se destaca como elemento central, pois amplia oportunidades, fortalece vínculos e cria condições para afastar jovens de trajetórias de risco. Da mesma forma, políticas intersetoriais, participação comunitária e programas de base territorial demonstram maior eficácia na transformação dos contextos vulneráveis, reforçando o papel do Estado na garantia de proteção, justiça e cidadania.

A principal contribuição deste estudo está na sistematização das relações entre educação, segurança pública e cidadania, apresentando uma análise que evidencia a potência das ações integradas para reduzir a violência juvenil. Ao reunir fundamentos teóricos e resultados de programas consolidados, a pesquisa oferece subsídios relevantes para gestores e profissionais que atuam diretamente na formulação e implementação de políticas preventivas.

Entre os pontos fortes, destaca-se a capacidade analítica de articular diferentes áreas do conhecimento e demonstrar caminhos possíveis para fortalecer a proteção juvenil em territórios vulneráveis. Como limitação, reconhece-se a ausência de pesquisa empírica direta, o que poderia aprofundar a dimensão prática dos resultados. Ainda assim, o estudo se mantém relevante ao apontar fundamentos sólidos para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes.

Sugere-se que investigações futuras incluam pesquisas de campo em escolas, comunidades e instituições de segurança pública, de modo a compreender percepções, dificuldades, potencialidades e efeitos concretos das ações integradas. Também se recomenda o aprofundamento de estudos que avaliem o impacto real de políticas preventivas no cotidiano dos territórios, identificando fatores que favorecem ou dificultam sua continuidade.

Portanto, a integração entre educação, comunidade e segurança pública configura um caminho necessário e promissor para reduzir a violência juvenil e promover ambientes socialmente mais seguros. A construção de territórios protegidos depende da cooperação

contínua entre Estado e sociedade, com políticas consistentes, escola fortalecida e participação ativa da comunidade na defesa dos direitos e oportunidades para crianças e jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAITELA, Monique Santos Arêas. **Políticas públicas para a juventude em foco: uma análise da implementação do centro de referência das juventudes de Cachoeiro de Itapemirim.** Orientadora: Karina Melo Pessine. 2024. 94 f. Dissertação (Segurança Pública) – Universidade Vila Velha, 2024. Disponível em: https://repositorio.uvv.br/handle/123456789/1253. Acesso em: 19 fev, 2025.

BATISTA, Tatiane Alves; GARCIA, Clara Santos; CRUZ, Júlia Barros. Educação, intersetorialidade e segurança pública: o papel do PTPA na inclusão social. **Derecho y Cambio Social**. v. 22, n. 79, p. 01-13. 2025.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

CORRÊA, Juliana; CECCHETTO, Fátima; FERNANDES, Fernando. Narrativas policiais sobre prevenção da violência e juventudes: experiências no Brasil e na Escócia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4603-4612, 2021.

CÓCARO, Henri; CARDOSO, Raquel Finamor; PEREIRA, José Roberto. Territórios da Cidadania do estado de Mato Grosso: uma avaliação socioeconômica utilizando o índice FIRJAN. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 193-209, abr./jun. 2016.

CHRISPINo, Alvaro; DUSI, Miriam Lucia Herrera Masotti. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da Cultura da Paz. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008.

DAHER, Ligia; VILLANOVA, Cristina. **Artigos sobre a prevenção da violência como política pública de segurança**. São Paulo: IREE – Núcleo de Segurança Pública na Democracia, 2022.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância violada** – Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto juvenil no Amazonas. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, EDUA, 2012.

FREITAS, Oracilda Aparecida de; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. Jovens infratores e políticas públicas: reflexões acerca do Centro Socioeducativo de Uberlândia. OBSERVATORIUM: **Revista Eletrônica de Geografia**, v.2, n.5, p.02-20, nov. 2010.

FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Julio Cesar. Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 142-161, mar. 2011.

FONSECA, Amazilene da Silva Aguiar. Políticas públicas e a prevenção da violência juvenil: impactos no contexto escolar. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 5, maio 2025.

GOERGEN, Pedro. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, jul./set. 2013.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; SIQUEIRA, Marcus Vinicius Barbosa. A segurança pública no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. v.10, n.38, abr./jun., 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 15-29, nov. 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2021.** Brasília: IPEA, 2021.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. / supervisão por coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MEDEIROS, Francisco Rogério Luz; EVANGELISTA, Hilbert Vasconcelos. o papel da educação como alicerce fundamental para a prevenção na segurança pública no Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, octubro, 2019.

MUGGAH, Robert; PELLEGRINO, Ana Paula. **Prevenção da violência juvenil no Brasil:** uma análise do que funciona. Pará, Instituto Igarapé, 2020.

NODA, André Ferreira; SCHEPP, Cândida da Rocha; DUARTE, Dionatan dos Santos; CUNHA, Fagner de Moura da; SILVA, Kim Torales da; LOPES, Maria José. **A política pública na educação como estratégia de prevenção à criminalidade ou à reincidência**. São Paulo: Arché, 2025.

OLIVEIRA, Daniela Cristina Neves de; LICO, Fátima Madalena de Campos; PEREIRA, Hegle Mariano Silva; REGINA, Fernanda Lopes; PERES, Maria Fernanda Tourinho. Intersetorialidade e saúde nas políticas estaduais de segurança pública e de prevenção à violência no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v.27, n.4, p. 1301-1316, 2022.

_____. Pedagogia da precariedade: as experiências de jovens em um projeto de prevenção da violência na periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.** São Paulo, v.16, n.02, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), 2015. Revisão técnica: Nancy Cardia. © NEV, 2016.

PEREIRA, Marcos Severiano. Criminalidade nas áreas rurais: desafios e soluções. **Revista brasileira de estudos de gestão e desenvolvimento regional**. v.1, n. 1, 2024.

QUINTILIANO, Isadora Mendes Santos. **Geoeducação, geocomunicação e ações didáticas para a sociedade com foco na educação de jovens e adultos e na população privada de liberdade**. Orientador: Rodson de Abreu Marques. 2024. 76 f. Monografia (Engenheira Geóloga) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024. Disponível em: https://monografias.ufop.br/handle/35400000/7059. Acesso em: 29 jan. 2025.

SALGADO, Ana Alice Ramos Tejo. **Impactos na segurança pública das transformações contemporâneas do espaço público e do espaço privado:** limites jurídicos do controle do espaço privado. Orientador: Prof.ª Dra. Vania Siciliano Aiêta. 2015. 156 f. TESE (Pós-Graduação em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/9362. Acesso em: 29 jan. 2025.

SCHNEIDER, Maikel; PRADO, André Luiz Fonseca; RECH, Bruno; LUZ, Jeferson de Oliveira; BATISTA, Nilson Guedes. A violência urbana no brasil atual: desafios para o sistema de segurança pública. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. São Paulo, v.1, n.2, ago./ dez 2024.

SIBIONI, Roque Luiz. Políticas públicas para as juventudes no Brasil e vulnerabilidade juvenil à violência. **Revista Ciências da Educação**, Americana, ano XXI, n. 43, p. 201-225, jan./jun. 2019.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; QUEIROZ, Bernardo Lanza; MARINHO, Frederico Couto; PEREIRA, Fabiano Neves Alves; CISALPINO, Pedro. Violência urbana e política pública de prevenção: avaliação do Programa Fica Vivo! no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 35, n. 2, 2018.

SILVARES, Alexsandro Camargo. Políticas públicas em segurança no brasil: avanços e novos desafios. **Revista Científica Doctum: Direito. DOCTUM**. Caratinga. v. 1, n. 3, 2019.

SPANIOL, Marlene Inês. **Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: desafios e experiências no campo da segurança pública.** Orientador: Prof,Dr. Rodrigo Ghiringghelli de Azevedo. 2016. 250 f. Tese (Ciências Sociais) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre. 2016. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8201/1/000478472-Texto%2BCompleto-0.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

UNICEF. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil:** um alerta sobre o impacto da pandemia da Covid-19 na educação. Brasília: UNICEF, 2022.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo**. Secretaria Nacional de Juventude, 2016.